



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado de Sergipe, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar Licitação na modalidade de **Dispensa Eletrônica**, do tipo **Menor Preço Por Item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, e será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 16/2025 e demais legislação vigentes.

1.2. O instrumento convocatório vincula as normas da concorrência de preços bem habilitação e posterior contratação devendo a empresa interessada obrigatoriamente tomar conhecimento de todos os dispositivos nele contidos antes da inserção da proposta a qual aduz a plena aceitação das exigências.

1.3. DA ABERTURA DA SESSÃO:

1.3.1. DATA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: 01 /04 /2026 a 01/04/2026 às 08:30 horas às 15 horas (horário de Brasília).

1.3.2. ENDEREÇO DA PLATAFORMA: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3.3. Formalização de Consultas/Encaminhamentos serão disponíveis por meio da Prefeitura Municipal de Riachuelo, SE, com sede na Rua Sagrado Coração de Jesus nº 90, Centro, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00hs às 12:00hs. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites <https://riachuelo.se.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/> ou e-mail: licitacaopmr21@gmail.com.

2. DO OBJETO

O presente objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balneário/parque aquático, localizado em um raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, para realização de passeio destinado aos idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	4001– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE	2318– BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	3390..39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO	17040000 – TRANSFERENCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

	NATURAIS
--	----------

4. DO INGRESSO A PLATAFORMA:

4.1. Da dispensa eletrônica:

- 3.1.1** A dispensa eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 3.1.2** O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico da **Licitanet** (www.licitanet.com.br).
- 3.1.3** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação, com suporte para Equipe de Apoio, e apoio técnico operacional do Licitanet, os quais juntamente, com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema de Dispensa de Licitação.

2.1. Do Credenciamento do Sistema e da Efetiva Participação

- 2.1.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal intransferível, obtida junto o **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS** (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 2.1.2.** Os interessados deverão credenciar representantes, mediante apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances e preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 2.1.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 2.1.4.** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, devidamente, justificado.
- 2.1.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.6.** A participação da Dispensa de Licitação se dará por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecidos.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.1.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a dispensa de licitação.

2.1.8. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

2.1.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus e decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA.

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances;

5.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A Proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL com o valor total por item** em formulário eletrônico específico sob pena de ser **desclassificada**;

5.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital;

5.5. Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e do atendimento às exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no edital, e, ainda, se está ou não enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.6. A proposta deverá indicar o prazo do fornecimento, o qual não poderá ser **superior a 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do Termo Contratual ou outro documento equivalente.

5.7. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pública; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias.

6. DA SESSÃO DA DISPENSA (FASE DE LANCES E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS):

6.1. A partir do horário previsto nesta Dispensa Eletrônica, terá início a sessão pública da Dispensa Eletrônica, com a divulgação das propostas de Preços, recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica;

6.2. Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços;

6.3. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- 6.4.** O valor unitário / percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do administrador;
- 6.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.6.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 6.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.8.** Facultativamente, ao Administrador poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequentes transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, ao Administrador poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;
- 6.9.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Administrador acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 6.10.** Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente lance de preços com valores superior de até 5% (cinco por cento) acima da proposta melhor classificada, será concedido à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, a oportunidade de apresentar outra proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, conforme está previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- 6.11.** No caso de desconexão com Administrador, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o Administrador, quando possível, sua atuação na **sessão pública, sem prejuízos dos atos realizados.**
- 6.12.** No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes;
- 6.13.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via sistema, em até 1(uma) hora, a proposta comercial devidamente detalhada, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, contados da data da referida sessão pública;
- 6.13.1.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão ser encaminhados os documentos relativos à Regularidade Fiscal mesmo que vencidos, **sob pena de inabilitação.**
- 6.14.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Administrador examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o Administrador poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.15. Constando o atendimento das exigências fixadas no Termo da Dispensa Licitação, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

6.16. A proposta verá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:

6.16.1. Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

6.16.2. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Administrador;

6.16.3. A proposta deverá considerar a entrega do material ou a execução dos serviços no local indicado.

7. DO FORNECIMENTO E PRAZO:

7.1. Os fornecimentos constantes deste processo deverão ser entregues num prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do empenho em nome da empresa, salvo determinação estipulada em contrário pelas Secretaria.

7.2. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e a proposta a qual é vinculado, devendo ser substituída imediatamente, levando-se em consideração desse tipo de equipamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de notificação da Contratante, às suas custas e sem prejuízo à aplicação de penalidades;

7.3. Os prazos de fornecimentos poderão ser alterados (antecipados ou prorrogados), desde que ocorra um dos seguintes motivos: alteração das especificações pela contratante, Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste contrato; Interrupção da execução deste contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da contratante; Aumento das quantidades inicialmente previstas neste termo em até vinte e cinco por cento do seu valor inicial atualizado, conforme limites permitidos pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, em sua redação atual; Impedimento de execução deste contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela contratante em documento contemporâneo a sua ocorrência; Omissão ou atraso de providência a cargo da contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA REGULARIDADE FISCAL E JURIDICA

8.1. Inserir no portal, ao final da disputa 30 minutos de tempo randômico:

8.1.1. Alvará de Localização e Funcionamento, sede da Pessoa Jurídica, em validade;

8.1.2. Contrato Social da Empresa (*se houver o contrato consolidado*);

8.1.3. Documentos Pessoais (RG, CNH, etc) do responsável da empresa;

8.1.4. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

8.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e Quanto a Dívida Ativa da União.

8.1.6. Certidão Negativa de Tributos **Estaduais**, sede da Pessoa Jurídica;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.1.7. Certidão Negativa de Tributos **Municipais**, sede da Pessoa Jurídica e do município.

8.1.8. Certificado de Regularidade de Situação – CRS relativo ao **FGTS** nos termos do inciso IV do artigo 29 da Lei nº 8.666/93;

8.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído da pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011);

8.1.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10h (dez horas), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) horas, a contar da data de seu recebimento.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro, não podendo ser prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1.1. Se a Empresa vencedora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

10.1.2. Pelo atraso da prestação de serviços em relação ao prazo estipulado ou na realização do serviço: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta por cento).

10.1.3. Pela recusa em efetuar o serviço, o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material ou do serviço contratado;

10.1.4. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor da prestação de serviços recusado, por dia decorrido;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.1.5. Pela recusa da Empresa vencedora em substituir ao serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 12h (doze horas) que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor rejeitado;

10.2. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

10.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à empresa vencedora ou cobradas na forma prevista em lei.

10.5. O Órgão Requisitante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado na plataforma específica descrita no subitem 1.3., e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

11.13.1. Anexo I – Termo de Referência

11.13.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Riachuelo/SE, 24 de Março de 2026.

Izaura Maria Moura Ferreira Almeida
Agente de Contratação



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balneário/parque aquático, localizado em um raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, para realização de passeio destinado aos idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme especificações técnicas relacionadas abaixo:

ITEM	OBJETO	QTD	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de balneário/parque aquático contendo: • área de banho com piscinas; • área de recreação aberta, com espaço amplo para atividades de convivência e lazer; • brinquedos e estrutura recreativa disponível no local; • área de alimentação coberta, com mesas e cadeiras, garantindo conforto durante as refeições; • almoço completo, refrigerante, água, banda e uso de toda a área do parque; • realização em local situado em raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE.	200	SV	R\$ 73,00	R\$ 14.600,00
	TOTAL				R\$ 14.600,00

1.2. Os serviços serão prestados em um único dia, para aproximadamente 200 (duzentas) pessoas, correspondentes aos idosos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, proporcionando momentos de integração, lazer, convivência e bem-estar, com garantia de segurança, acessibilidade e adequação às necessidades do público idoso.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 3 (três) meses, contados da emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de realização de passeio em balneário/parque aquático destinado aos idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, considerando que o referido serviço integra as ações da Proteção Social Básica e tem por finalidade complementar o trabalho social com famílias desenvolvido pelo CRAS, promovendo o fortalecimento do protagonismo, da autonomia e da



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

convivência familiar e comunitária, bem como prevenindo situações de risco social, isolamento, segregação e institucionalização de pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.2. No que se refere especificamente ao público idoso, a demanda revela-se ainda mais relevante, uma vez que o SCFV exerce papel fundamental na promoção de espaços de socialização, troca de experiências e valorização da história de vida dos participantes. Nesse contexto, a atividade pretendida configura-se como ação socioeducativa e de convivência, apta a contribuir para o fortalecimento de vínculos, para a ampliação do acesso a espaços de lazer e cultura e para a promoção da autonomia, do protagonismo e da participação ativa da pessoa idosa na comunidade, favorecendo um envelhecimento mais saudável, digno e participativo.

2.3. A contratação do espaço recreativo mostra-se necessária porque possibilita oferecer ambiente apropriado para momentos de integração, lazer, bem-estar e convivência coletiva, em condições compatíveis com a execução segura da ação social planejada. Conforme a demanda formalizada, pretende-se a contratação de balneário/parque aquático com área de banho, área de recreação, brinquedos, área de alimentação coberta, serviço de almoço completo e show artístico ao vivo, para atendimento aproximado de 200 participantes, devendo o local situar-se em raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, a fim de atender às necessidades logísticas e operacionais do evento.

2.4. A limitação geográfica do local de execução, fixada em raio máximo de 50 km, mostra-se adequada e proporcional às características do público atendido, pois busca reduzir o tempo de deslocamento, minimizar desgaste físico, ampliar o conforto dos idosos e facilitar o acompanhamento pela equipe técnica e pela fiscalização contratual. Tal medida também atende aos princípios da razoabilidade e da economicidade, uma vez que contribui para melhor organização da ação, maior segurança na execução e resposta mais célere em situações de apoio ou eventual atendimento emergencial.

2.5. A necessidade administrativa também está relacionada à garantia de condições mínimas de segurança, acessibilidade e suporte aos participantes durante a realização do passeio. O orçamento apresentado para o evento dos idosos já demonstra a preocupação com esses aspectos ao prever plano de segurança, acessibilidade e suporte médico, com disponibilização de guarda-vidas, kit de primeiros socorros, profissional treinado e indicação de unidade hospitalar próxima ao local do evento, o que reforça a pertinência de a contratação exigir estrutura adequada para atendimento ao público idoso.

2.6. A demanda encontra-se prevista no planejamento administrativo, constando no Documento de Formalização de Demanda que o objeto integra o Plano de Contratações Anual – PCA, além de possuir dotação orçamentária vinculada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no âmbito do Bloco da Proteção Social Básica, evidenciando compatibilidade entre a necessidade pública identificada, o planejamento institucional e a disponibilidade orçamentária para sua execução.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e compatível com o interesse público, por viabilizar ação voltada à promoção do convívio social, do bem-estar e da



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

valorização da pessoa idosa atendida pelo SCFV, assegurando melhores condições de organização, segurança e efetividade na execução da atividade socioassistencial planejada pela Administração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de balneário/parque aquático destinado à realização de passeio para os idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, mediante dispensa de licitação com publicação para seleção da proposta mais vantajosa, observadas as especificações do objeto e a exigência de que o estabelecimento esteja localizado em raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, em razão da necessidade de compatibilizar a execução do evento com as condições logísticas, operacionais, econômicas e de segurança exigidas pela Administração. O DFD já definiu essa característica do objeto ao prever parque aquático/balneário em raio máximo de 50 km, com estrutura de banho, recreação, alimentação e show artístico, para atendimento de 200 participantes.

3.2. A delimitação territorial integra a própria modelagem da solução administrativa, não configurando restrição indevida, mas medida objetiva e proporcional à natureza da contratação. Isso porque o evento envolve público numeroso, estimado em aproximadamente 200 pessoas, e demanda organização prévia, deslocamento coordenado, acompanhamento por equipe responsável, fiscalização contratual e capacidade de resposta rápida diante de eventuais intercorrências. Nessas condições, a definição de raio máximo de 50 km busca assegurar maior eficiência na logística do passeio, melhor aproveitamento do tempo da atividade, redução de custos indiretos de execução e maior previsibilidade operacional, sem afastar a competitividade entre fornecedores aptos a atender à necessidade pública dentro do recorte definido.

3.3. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução abrange as fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor, preparação da execução, execução do evento, fiscalização, encerramento e verificação da adequada prestação dos serviços. Na fase de planejamento, a Administração define a necessidade pública, o público beneficiário, as características mínimas do espaço, a estimativa de quantitativo, o valor de referência e as condições objetivas de execução. Na fase de seleção, será promovida a publicação da dispensa, permitindo a participação dos interessados que atendam às exigências estabelecidas no Termo de Referência, inclusive quanto à localização do estabelecimento e à capacidade de executar o objeto nas condições requeridas.

3.4. Na fase de preparação e execução, a solução compreende a disponibilização, em um único dia, de balneário/parque aquático com estrutura apta a atender os participantes, incluindo área de banho com piscinas, área de recreação e convivência, espaço coberto para alimentação, fornecimento de almoço completo, água, refrigerante, apresentação artística ao vivo e uso integral da área do parque, em condições adequadas de segurança, conforto e acessibilidade.

3.5. A solução também exige estrutura operacional compatível com a dimensão do evento e com o público atendido. Nesse sentido, o orçamento apresentado demonstra a pertinência de exigências



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

relacionadas à segurança, acessibilidade e suporte, ao prever guarda-vidas, kit de primeiros socorros, profissional treinado e referência de unidade hospitalar próxima, evidenciando que a execução do objeto demanda ambiente organizado e suporte mínimo para atendimento adequado durante o passeio. Tais elementos reforçam a racionalidade da escolha administrativa por estabelecimentos situados em distância compatível com a logística e com o gerenciamento de riscos da ação.

3.6. Na fase de fiscalização e encerramento, a solução contempla a conferência do cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado, a verificação da adequação da estrutura disponibilizada e dos serviços efetivamente prestados, bem como o registro de ocorrências relevantes para fins de recebimento do objeto e posterior pagamento. O ciclo de vida da contratação se encerra com a avaliação da conformidade da execução em relação às condições estabelecidas no instrumento convocatório, no Termo de Referência e no contrato ou instrumento equivalente.

3.7. Dessa forma, a solução adotada pela Administração se revela adequada ao interesse público, pois conjuga, em um único modelo de contratação, a seleção isonômica de fornecedor mediante dispensa com publicação, a definição de critérios objetivos de participação, a preservação da economicidade, a viabilidade logística da execução e a garantia de condições mínimas de segurança, conforto e organização para realização da atividade socioassistencial destinada aos idosos do SCFV.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar requisitos mínimos indispensáveis à adequada execução do objeto, considerando a natureza do serviço, o público beneficiário da ação socioassistencial e a necessidade de garantir condições de segurança, conforto, acessibilidade, organização e regularidade durante a realização do passeio destinado aos idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A solução foi estruturada para atendimento de aproximadamente 200 participantes, conforme a demanda formalizada, razão pela qual os requisitos estabelecidos neste item visam assegurar a correta execução do evento em todas as suas etapas.

4.2. Poderão participar da futura contratação as empresas cujo estabelecimento destinado à execução do objeto esteja localizado em raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, exigência esta que constitui condição objetiva da contratação e decorre da necessidade de assegurar viabilidade logística, melhor gerenciamento operacional do evento, redução do tempo de deslocamento, maior eficiência no acompanhamento pela equipe responsável e pela fiscalização contratual, além de maior economicidade e segurança na execução de atividade voltada a público numeroso. Tal delimitação territorial integra a própria conformação da solução administrativa, previamente definida no Documento de Formalização de Demanda, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional e razoável diante das características do objeto e da necessidade pública a ser atendida.

Subcontratação

4.3. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto da contratação, tendo em vista que a execução exige responsabilidade direta da contratada pela disponibilização do espaço, pela



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

infraestrutura ofertada, pela organização operacional do evento e pelo cumprimento das condições de segurança, acessibilidade e atendimento previstas para a realização do passeio. A vedação busca preservar a unidade da execução contratual, facilitar a fiscalização pela Administração e evitar a transferência do núcleo essencial do objeto a terceiros estranhos à contratação.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões de que o objeto possui execução simples, de baixa complexidade operacional relativa, prestação em evento único e prazo reduzido de execução, não se evidenciando, no caso concreto, necessidade de imposição de ônus adicional ao futuro contratado para resguardar a Administração. A opção mostra-se compatível com a natureza do serviço pretendido e com a proporcionalidade administrativa, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento contratual.

4.5. O estabelecimento deverá possuir infraestrutura compatível com a execução do evento, contemplando, no mínimo:

- a) área de banho com piscinas em adequado estado de funcionamento e uso;
- b) área de recreação e convivência com espaço suficiente para acolhimento dos participantes;
- c) espaço coberto para alimentação, com mesas e cadeiras em quantidade compatível com o público estimado;
- d) disponibilidade de utilização da área do parque durante a realização do passeio;
- e) condições adequadas de higiene, limpeza, conservação e organização do ambiente.

4.6. A contratada deverá assegurar o fornecimento dos serviços e itens integrantes do objeto, abrangendo, no mínimo, entrada no parque, almoço completo, água, refrigerante e apresentação artística ao vivo, observadas as especificações constantes da proposta vencedora e do instrumento contratual. O orçamento juntado ao processo estimou a prestação para 200 participantes, incluindo entrada, almoço, refrigerante, água, banda e uso de toda a área do parque.

4.7. A execução do objeto deverá ocorrer em ambiente que ofereça condições mínimas de segurança, acessibilidade e suporte operacional, especialmente em razão do porte do evento e do perfil do público atendido. O orçamento apresentado já demonstra a pertinência desses elementos ao prever guarda-vidas, kit de primeiros socorros, profissional treinado e referência de unidade hospitalar próxima.

4.8. A empresa a ser contratada deverá apresentar aptidão compatível com a execução do objeto, demonstrando capacidade para prestação de serviços de balneário/parque aquático ou atividade similar, especialmente quando envolver atendimento coletivo, fornecimento de alimentação e disponibilização de estrutura recreativa.

4.9. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como observar as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive as relativas às condições sanitárias, de segurança, funcionamento do estabelecimento e regularidade fiscal e trabalhista.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A contratada deverá prestar os serviços **integralmente em um único dia**, em data a ser definida pela Administração e formalmente informada no instrumento convocatório, na ordem de serviço ou em documento equivalente, em horário compatível com a programação do evento, garantindo a disponibilização da estrutura necessária ao atendimento de aproximadamente **200 (duzentos) participantes**. O DFD prevê atendimento a 200 pessoas e informa que a contratação deve ser efetivada o mais rápido possível, sem fixar data específica para o passeio.

5.1.2. A execução deverá ocorrer em balneário/parque aquático localizado em **raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE**, em conformidade com a modelagem da contratação adotada pela Administração, de modo a assegurar viabilidade logística, melhor gerenciamento do deslocamento, maior eficiência operacional e adequada fiscalização da execução contratual em evento de grande porte. O DFD já descreve o objeto com essa limitação territorial.

5.1.3. A contratada deverá disponibilizar, durante todo o período de execução, a estrutura física e operacional prevista no objeto, compreendendo, no mínimo, área de banho com piscinas, área de recreação e convivência, espaço coberto para alimentação, mesas e cadeiras em quantidade compatível com o público estimado, além da utilização da área do parque em condições adequadas de limpeza, conservação, higiene, segurança e organização. O DFD exige área de banho, recreação, brinquedos, alimentação coberta, almoço completo e show artístico ao vivo.

5.1.4. A contratada será responsável pela operação regular e segura do estabelecimento durante a realização do evento, inclusive quanto ao funcionamento das áreas de banho e convivência, à manutenção das condições de uso do espaço, à limpeza, ao suporte operacional e ao fornecimento dos itens integrantes da contratação, abrangendo entrada, almoço completo, água, refrigerante e apresentação artística ao vivo, conforme a proposta vencedora e o instrumento contratual. O orçamento juntado ao processo estimou exatamente esses itens para 200 participantes.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

5.1.5. A execução do objeto deverá observar condições compatíveis com o público idoso atendido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, assegurando ambiente adequado à convivência, ao lazer, ao conforto e ao bem-estar dos participantes, sem prejuízo das medidas de apoio e organização necessárias ao regular desenvolvimento da atividade socioassistencial. A justificativa do DFD destaca o fortalecimento de vínculos, a socialização e a valorização da pessoa idosa.

1. Plano de Segurança, Acessibilidade e Suporte

5.2. A contratada deverá apresentar, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis** da realização do evento, **plano de segurança, acessibilidade e suporte**, contendo as medidas que serão adotadas para garantir a execução adequada do objeto e o atendimento seguro dos participantes.

5.2.1. O plano deverá conter, no mínimo:

- I – indicação do responsável pela operação do espaço durante o evento;
- II – relação da equipe de apoio envolvida na execução;
- III – quantitativo de guarda-vidas ou profissionais equivalentes aptos à vigilância das áreas de banho durante todo o período do evento;
- IV – protocolo de primeiros socorros, com disponibilidade de kit apropriado e indicação do responsável pelo atendimento inicial;
- V – informação sobre o fluxo de acionamento de atendimento de urgência e emergência, inclusive com indicação da unidade hospitalar de referência ou serviço de remoção, quando necessário;
- VI – medidas de controle de acesso, organização e identificação dos participantes;
- VII – providências relacionadas à acessibilidade, mobilidade e apoio aos idosos durante a permanência no local;
- VIII – descrição das condições de higiene, limpeza, conservação e uso seguro das áreas disponibilizadas;
- IX – outras medidas operacionais exigidas pela Administração, conforme as características do evento.

5.2.2. O plano deverá ser aprovado pela Administração antes da realização do evento, constituindo condição para o início da execução contratual.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições deste Termo de Referência e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, desde que a ocorrência seja devidamente formalizada nos autos, mediante apostilamento ou outro instrumento cabível.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se a utilização de mensagem eletrônica, e-mail institucional ou outro meio idôneo que permita o registro e a comprovação da comunicação.

2. Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal formalmente designado pela Administração, ou por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto durante todas as suas etapas, verificando se os serviços estão sendo prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento contratual, especialmente quanto à disponibilização da estrutura do balneário/parque aquático, ao fornecimento dos itens contratados, às condições de segurança, acessibilidade, organização e adequação do atendimento aos participantes.

6.6. Caberá ao fiscal registrar em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais falhas, atrasos, desconformidades ou descumprimentos de obrigações, adotando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades ou comunicando, tempestivamente, ao gestor do contrato e à autoridade competente quando a situação ultrapassar sua atribuição.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.7. O fiscal deverá atestar o recebimento do objeto somente após verificar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, observando a adequação dos serviços prestados, a compatibilidade com o quantitativo previsto, a regular execução do evento e o atendimento às exigências fixadas pela Administração.

3. Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento administrativo da execução, promovendo a atualização do processo com todos os registros formais pertinentes, a exemplo da ordem de serviço, comunicações expedidas, registros de ocorrência, eventuais alterações contratuais, prorrogações, sanções e demais atos necessários à gestão do ajuste.

6.9. Compete ao gestor do contrato acompanhar os registros realizados pelo fiscal, consolidar as informações relativas à execução e adotar as medidas administrativas cabíveis para assegurar o cumprimento do contrato, inclusive submetendo à autoridade superior as situações que demandem deliberação fora de sua competência.

6.10. O gestor do contrato também acompanhará a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada, para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa, bem como registrará eventuais situações que possam comprometer o fluxo regular da execução contratual ou da quitação financeira.

6.11. Com base nas informações prestadas pelo fiscal, o gestor emitirá manifestação administrativa quanto ao cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, indicando, quando cabível, a regular execução do objeto, a existência de ressalvas, a necessidade de adequações, glosas, retenções ou a adoção de providências sancionatórias.

6.12. Verificada hipótese de inadimplemento total ou parcial, o gestor do contrato deverá adotar as providências necessárias à instauração do procedimento administrativo pertinente, para apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação aplicável.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

7.1. A avaliação da execução do objeto considerará a **qualidade da prestação dos serviços** e o **cumprimento integral do item contratado**, observando-se a disponibilização da estrutura prevista, o fornecimento dos serviços incluídos no objeto e a adequada execução do evento.

7.1.1. Poderá haver **retenção ou glosa no pagamento**, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando constatado que a contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. deixou de executar, ou executou com qualidade inferior à exigida, as atividades contratadas;

7.1.1.3. deixou de disponibilizar a estrutura, os recursos materiais, os serviços ou o suporte operacional exigidos para a execução do objeto; ou

7.1.1.4. executou o objeto em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora ou no instrumento contratual.

4. Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo previsto no item anterior será contado a partir do recebimento da comunicação da contratada acerca da conclusão da execução do objeto, acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

7.4. O recebimento provisório terá por finalidade verificar, entre outros aspectos:

I – a execução do evento na forma contratada;

II – a disponibilização da estrutura física prevista;

III – o fornecimento dos itens e serviços incluídos no objeto;

IV – o atendimento das condições de segurança, acessibilidade, organização, higiene e suporte operacional;

V – a conformidade da execução com este Termo de Referência e com a proposta apresentada.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato registrará, em relatório ou termo detalhado, o resultado da verificação da execução do objeto,



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

consignando eventuais falhas, pendências, irregularidades ou necessidade de ajustes, e encaminhará o documento ao gestor do contrato.

7.5.1. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a emissão do respectivo termo detalhado.

7.5.2. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto executado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou insuficiência de execução.

7.5.3. A fiscalização não realizará o ateste do objeto enquanto perdurarem pendências que comprometam sua aceitação, especialmente quando houver desconformidade relevante quanto à estrutura disponibilizada, aos serviços prestados ou às condições mínimas exigidas para o evento.

7.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada ou no instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato, devendo ser encaminhado ao gestor para fins de recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou por servidor/comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade da execução e da regularidade do objeto, mediante termo detalhado.

7.7.1. Para o recebimento definitivo, deverá ser considerada a análise dos relatórios, registros da fiscalização e demais documentos produzidos no acompanhamento da execução.

7.7.2. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, a contratada será notificada, por escrito, para promover as correções necessárias.

7.7.3. Somente após a verificação do adequado cumprimento das obrigações assumidas será emitido o termo de recebimento definitivo.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

7.7.4. Após o recebimento definitivo, a contratada será comunicada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor efetivamente devido, observadas as glosas ou retenções eventualmente aplicadas.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade ou extensão do serviço efetivamente prestado, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal relativamente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação apresentada para cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e adequada execução do serviço, nem a responsabilidade legal e contratual por eventuais vícios ou defeitos constatados posteriormente.

5. Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos da legislação aplicável.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais ao documento, tais como:

7.12.1. data de emissão;

7.12.2. identificação da contratada;

7.12.3. identificação do órgão contratante;

7.12.4. referência ao contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente;

7.12.5. descrição do objeto executado;

7.12.6. valor devido;

7.12.7. eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus para a Administração.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação aplicável.

7.15. Constatada situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente justificativa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

7.16. Não havendo regularização, ou sendo a justificativa apresentada considerada improcedente, a Administração adotará as providências cabíveis, inclusive quanto à apuração de responsabilidade e eventual rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.17. Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados relativamente às parcelas regularmente executadas, observadas as cautelas legais e administrativas cabíveis.

6. Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso imputável exclusivamente à Administração, os valores devidos ao contratado poderão ser atualizados monetariamente, na forma da legislação aplicável e segundo o índice previsto no instrumento contratual.

7. Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

7.22. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual indicado pela contratada, serão retidos na fonte os tributos cabíveis, na forma da legislação vigente.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

7.23. A contratada optante pelo **Simples Nacional**, quando cabível, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação oficial de sua condição, nos termos da legislação aplicável.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de **procedimento de dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com publicação de aviso para recebimento de propostas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações do objeto, os requisitos de habilitação e as condições de execução fixadas pela Administração.

9. Regime de execução

8.3. A execução ocorrerá de forma **indireta**, por meio de empresa contratada, a quem caberá a responsabilidade pela disponibilização do espaço, da estrutura física e dos serviços integrantes do objeto, nos termos deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do instrumento contratual.

10. Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o(s) interessado(s) comprovar os requisitos a seguir indicados, conforme a sua natureza jurídica e observada a compatibilidade com o objeto da contratação.

1. Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.7. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio oficial competente.

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro em que tem sede a matriz.

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro legalmente exigido.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da legislação aplicável.

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando cabível.

3. Qualificação econômico-financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida sua contratação, ou de sociedade simples.

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

4. Qualificação técnica

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com balneário/parque aquático ou atividade similar, especialmente com atendimento a público coletivo, disponibilização de espaço recreativo e fornecimento de alimentação, por meio da apresentação de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.25.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.25.2. O interessado deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local de execução do objeto e demais documentos pertinentes.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é **de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais)**, conforme orçamento acostado aos autos, correspondente à prestação dos serviços para 200 (duzentos) participantes, com valor unitário estimado de **R\$ 73,00 (setenta e três reais)** por pessoa. A proposta apresentada contempla entrada, almoço, refrigerante, água, banda e uso de toda a área do parque, compondo o custo total estimado da contratação.

9.2. A estimativa de preços adotada observa os elementos constantes do processo administrativo, especialmente a quantidade prevista no Documento de Formalização de Demanda e a composição de custos apresentada no orçamento obtido, servindo como referência para a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração.

9.3. Considerando que se trata de contratação para execução de evento único, em prazo reduzido e com preço previamente definido para o conjunto do objeto, não se aplica cláusula de reajuste, em razão da ausência de periodicidade contratual que justifique atualização monetária ordinária dos valores.

9.4. Eventual alteração do valor contratado somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa formal e observância do disposto na Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado fato superveniente apto a repercutir de forma relevante no equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do **Fundo Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE**, em conformidade com a dotação orçamentária indicada no Documento de Formalização de Demanda.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE	2318 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	3390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO	17040000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

10.3. A compatibilidade orçamentária da contratação encontra respaldo no planejamento administrativo constante dos autos, tendo em vista que o DFD registra a previsão do objeto no PCA e indica expressamente a respectiva dotação para suporte da despesa.

2. 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência, a proposta apresentada e o instrumento contratual;

11.1.2. receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.3. notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, irregularidades ou falhas verificadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução;

11.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser necessários para a adequada execução do objeto;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- 11.1.6.** comunicar à contratada, com antecedência razoável, a data definitiva de realização do evento e demais orientações operacionais necessárias à execução do objeto;
- 11.1.7.** efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução regular do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.1.8.** aplicar à contratada as sanções cabíveis, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais;
- 11.1.9.** rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com este Termo de Referência, com a proposta apresentada ou com o instrumento contratual;
- 11.1.10.** zelar para que a execução da contratação atenda à finalidade pública da ação socioassistencial destinada aos idosos assistidos pelo SCFV. O processo foi formalizado para atendimento de 200 participantes, com foco em convivência, integração e bem-estar.

3. 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da Contratada:

- 12.1.1.** executar o objeto de acordo com as especificações deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do instrumento contratual, responsabilizando-se pela integral e adequada prestação dos serviços;
- 12.1.2.** disponibilizar balneário/parque aquático localizado em raio máximo de 50 km do Município de Riachuelo/SE, em conformidade com a descrição do objeto constante do processo;
- 12.1.3.** garantir a disponibilização da estrutura física e operacional contratada, incluindo uso da área do parque, espaço de banho e convivência, área coberta para alimentação e demais condições necessárias à realização do evento para aproximadamente 200 participantes;
- 12.1.4.** fornecer os itens integrantes do objeto contratado, especialmente entrada, almoço completo, água, refrigerante e apresentação artística ao vivo/banda, conforme a proposta vencedora;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- 12.1.5.** assegurar condições adequadas de segurança, acessibilidade, higiene, limpeza, organização e conservação do ambiente durante toda a execução do objeto;
- 12.1.6.** apresentar, no prazo fixado pela Administração, o plano de segurança, acessibilidade e suporte, contendo as medidas operacionais necessárias à adequada realização do evento;
- 12.1.7.** manter, durante toda a execução contratual, estrutura mínima de apoio compatível com o porte do evento, inclusive quanto à vigilância das áreas de banho, primeiros socorros e procedimentos de emergência.
- 12.1.8.** responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, alimentação, pessoal, equipamentos e demais despesas correlatas;
- 12.1.9.** reparar, corrigir, remover, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades;
- 12.1.10.** manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento;
- 12.1.11.** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 12.1.12.** não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da contratação, nos termos deste Termo de Referência;
- 12.1.13.** cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade desenvolvida, inclusive as sanitárias, de segurança, funcionamento e proteção ao trabalho;
- 12.1.14.** atender prontamente às determinações da fiscalização e do gestor do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Administração.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

4. 13. SANÇÕES

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Poderão ser aplicadas à contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa cabível, as seguintes sanções:

13.2.1. advertência, quando o descumprimento contratual for de pequena gravidade e não justificar penalidade mais severa;

13.2.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou contratual, inclusive em caso de atraso, inexecução parcial, inexecução total ou execução em desacordo com as condições estabelecidas;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nas hipóteses legalmente cabíveis;

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses de maior gravidade, conforme a legislação aplicável.

13.3. A aplicação de sanções deverá considerar a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida ou pretendida pela contratada, as circunstâncias do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.4. Sem prejuízo das sanções cabíveis, a Administração poderá promover glosa ou retenção de pagamento proporcional à irregularidade verificada, quando constatado descumprimento das condições de execução, da qualidade mínima exigida ou das obrigações assumidas pela contratada. O modelo já previa glosa proporcional à irregularidade constatada.

5. 14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, a proposta vencedora, os documentos de habilitação apresentados pela contratada, a ordem de serviço, o contrato ou instrumento equivalente e os demais documentos que compõem o processo administrativo.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem a Administração Pública e das disposições constantes do processo administrativo.

14.3. A contratação deverá observar, em todas as suas fases, a finalidade pública que motivou a demanda, consistente na realização de atividade socioassistencial voltada à promoção da convivência, da integração e do bem-estar dos idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

14.4. Fica consignado que a execução do objeto deverá ocorrer em conformidade com as especificações do processo, especialmente quanto ao público estimado, à estrutura mínima exigida, à localização do estabelecimento e às condições de segurança e suporte operacional previstas para o evento.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/202X**

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE,
E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX,
CONFORME ADIANTE.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº xxxxxxxx/xxxxx, com sede na Rua xxxxxx nº xx - Centro, Riachuelo/SE, neste ato representado por seu titular o **Sr. XXXXXXXXXXXX**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, sediada a XXXXXXXXXXXX - CNPJ nº: XXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo(a) **Srº(a) XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, diante da autorização do Prefeito Municipal para a lavratura do contrato e tudo o que mais consta na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de balneário/parque aquático, destinado à realização de passeio recreativo para os idosos assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO, DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, incisos IV a VII, da Lei nº 14.133/21).

§1º O regime de execução ou forma de fornecimento se dará de forma parcelada.

§2º O valor global do contrato é R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) que será pago de acordo com a prestação de serviços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
	Valor total:				R\$

§3º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§4º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda estadual e prova de



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS – CRF.

§5º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§6º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§7º Os preços serão fixos e irrevogáveis, caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 136, inciso I da Lei nº. 14.133/21.

§8º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

§9º Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§10. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA (Art. 92, inciso VII, da Lei nº 14.133/21)

O presente Contrato terá vigência a partir da data da assinatura deste contrato até 31 de junho de 2026, e não poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/21).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE conforme classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETORA/ATIVIDADE: 2318 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3390.39.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO: 17040000 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV e XVI, da Lei nº 14.133/21).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar os fornecimento descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.
- Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 14.133/21;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO (art. 92, inciso XIX, da Lei nº 14.133/21).



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, da Lei nº. 14.133/21.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Contrato de Dispensa que, simultaneamente:

- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 14.133/21;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 124 da Lei nº 14.133/21).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124 da Lei nº. 14.133/21, desde que devidamente comprovados.

§1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 125 da Lei nº. 14.133/21, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 125 da lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Riachuelo/SE, XX de XX de 202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA